

ATA DA 052ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 09h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO ALTAIR SILVA (Orador)- Discorre sobre a atuação da economia catarinense, com base no momento de crise decorrente da pandemia, e reforça o desempenho dos seus agricultores em prol do Estado e do Brasil.

Inicia, relatando que no mês de julho houve um acréscimo de 14% nas exportações graças à atividade em conjunto do agronegócio, e faz referência à atuação competente das Cooperativas

Alfa e Aurora, exportando seus produtos a vários países. Enfatiza que o momento é de comemorar e reconhecer a gestão eficiente do cooperativismo no estado de Santa Catarina. Seguindo o raciocínio, menciona a presença das agroindústrias na iniciativa privada, que atuam em conjunto com as cooperativas catarinenses, exportando sua produção ao mundo.

Evidencia ainda que, equiparando à economia dos demais estados, Santa Catarina é o mais pujante, e tece elogios às empresas do ramo madeireiro, metal mecânico e têxtil. Discorre sobre o sistema de impostos no País, às vezes injusto, e comenta sobre os incentivos fiscais e emendas impositivas, referenciando a atuação vitoriosa da Assembleia Legislativa, em conjunto com a Secretaria da Fazenda, resultando em estabilidade jurídica à economia catarinense.
[Taquígrafa: Elzamar]

Partidos Políticos

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Informa que conversou com o Secretário Paulo Eli sobre a possibilidade de buscar algum tipo de apoio financeiro, ou até mesmo uma concessão de crédito, para as escolas.

Em contatos com a área da saúde, obteve a informação de que estão aguardando os sinais da curva de contágio para estabelecer como será a retomada escolar no Estado.

Comenta, também, que a equipe de saúde de Santa Catarina está monitorando o andamento do retorno às aulas no Estado de Manaus, observando os casos de doenças alérgicas, que lá aconteceram, para estabelecer critérios seguros aqui no Estado.

Lembra que os municípios têm competência para decidir sobre o retorno às aulas das escolas particulares, mas os mesmos têm respeitado as decisões que a Undime, Fecam, e o colegiado têm tomado.

Reforça que não há uma data programada para o retorno às aulas com segurança para as crianças, desta forma, se faz necessário discutir uma linha de apoio financeiro emergencial para as instituições escolares, até que todos tenham mais clareza nas tomadas de decisões.

Fala que os protocolos de segurança para a liberação de escolas estão muito rigorosos, e que, segundo os especialistas da área da saúde, a tendência de arrefecimento é a partir de setembro, para então iniciar estas decisões de retorno às aulas. *[Taquigrafia: Guilherme]*

Partido: PSD

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Demonstra-se favorável ao retorno das atividades dos berçários e maternais. Cita o longo tempo de inatividade dessas instituições, 147 dias, e a necessidade dos pais que precisam desse suporte para exercer suas profissões.

Chama atenção para a crise econômica que estão enfrentando as escolas privadas, e cita números: são 500 mil alunos, 800 estabelecimentos particulares, que geram 40 mil empregos diretos. Destaca a economia de R\$10 bilhões ao ano que os centros educacionais particulares representam para o erário público e expõe a necessidade do Governo fornecer algum tipo de apoio financeiro a essas organizações durante a pandemia. Adverte que, se não houver nenhum incentivo, a consequência será uma futura saturação na rede do ensino público.

Critica a falta de interação do Governo com as entidades e representantes educacionais. Enfatiza que não está defendendo a volta às aulas, mas, sim, o retorno das creches de 0 a 3 anos, ficando a critério dos pais a participação de seus filhos.

Complementa a fala da Deputada Paulinha de que os Prefeitos podem decidir sobre o retorno das creches, e esclarece que o prefeito só pode tomar uma decisão se for mais restritiva que a decretada pelo Governo. Assim, o Governo tem que fazer um decreto deixando aos municípios a decisão sobre as creches.

Deputado Doutor Vicente Caropreso (Aparteante)
- Cita preocupação com o retorno das atividades escolares devido à possibilidade de novos focos de contaminação. Lamenta o sofrimento e as consequências da inatividade de alguns segmentos, bem como dos centros de ensino.

Deputado Milton Hobus (Aparteante) - Demonstra preocupação com a situação de pais que precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos. Chama a atenção para a gravidade do problema e a necessidade de novos debates para buscar soluções urgentes, pois muitas crianças estão vivendo em estado de quase abandono. [Taquiografia: Roberto]

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) -
Informa que já ocorreu uma reunião com a associação nacional e estadual das escolas de educação infantil privadas, e que está sendo tratada com o Secretário Paulo Eli a questão das linhas de crédito.

Comunica que, no período vespertino, da presente data, acontecerá a segunda reunião com esse grupo de escolas particulares de educação infantil para tratar das dificuldades no cadastramento.

Registra que existem grupos de trabalho, no Estado, que estão elaborando protocolos, e anuncia que já possui o primeiro protocolo oficializado, de 49 páginas, com todas as medidas destinadas ao ensino profissionalizante, educação de jovens e adultos, ensino médio e superior, e acrescenta que para a educação infantil o documento ainda está em processo de elaboração.

Manifesta preocupação com o possível retorno das escolas, pois acontecerá em um momento de alta na curva da pandemia. Cita o exemplo de São Paulo, que havia previsto o retorno das aulas para setembro, e adiou para outubro.

Concorda que há muitas crianças sem atendimento em creche, e afirma que este é um problema recorrente e estrutural, e cita dados estatísticos para embasar sua afirmação.

Critica a manifestação do programa da Rede Globo, Jornal Nacional, em relação aos servidores públicos do Brasil. Comenta que a questão não é o Estado ser maior ou menor, mas, sim, melhor. Cita que é necessário haver um debate que atenda ao interesse público, que foque nos altos salários de militares, judiciários e legislativos no âmbito federal, ao invés dos servidores municipais e estaduais. Apresenta diversos dados que embasam seus argumentos para defender os servidores municipais e estaduais.

Conclui, reiterando que o peso do Estado não pode cair sobre quem ganha menos, pois os pequenos servidores públicos são fundamentais e pouco valorizados. [Taquiografia: Northon]

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início a pauta da Ordem do Dia.

A Presidência consulta os srs. Líderes se podemos votar o Projeto de Lei n. 0468/2019, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Irani.

A necessidade de votação é porque expira o prazo para que esse tipo de projeto possa ser aprovado em favor do município.

(As lideranças aquiescem.)

Passa à discussão e votação em turno único o Projeto de Lei n. 0468/2019, de origem governamental, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Irani.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviços Públicos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a matéria em turno único.

Como há necessidade de votar a redação final,
a Presidência encerra a presente sessão,
convocando outra, extraordinária, para 09h51.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

*[Transcrição: Taquígrafa Ana Maria] [Revisão:
Taquígrafa Sara]*